

Reflexões sobre meio ambiente e desenvolvimento rural

Sérgio Sauer
Andréa Leme da Silva
Laura Maria Goulart Duarte
(organizadores)

EDITORA



UnB



Pesquisa,
Inovação
& Ousadia



Universidade de Brasília

Reitora
Vice-Reitor

Márcia Abrahão Moura
Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora
Conselho editorial

Germana Henriques Pereira
Germana Henriques Pereira (Presidente)
Fernando César Lima Leite
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
Carlos José Souza de Alvarenga
Estevão Chaves de Rezende Martins
Flávia Millena Biroli Tokarski
Jorge Madeira Nogueira
Maria Lidia Bueno Fernandes
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos
Sely Maria de Souza Costa
Verônica Moreira Amado



Reflexões sobre meio ambiente e desenvolvimento rural

Sérgio Sauer
Andréa Leme da Silva
Laura Maria Goulart Duarte
(organizadores)



Coordenação de produção editorial
Editora de publicações
Preparação e revisão
Projeto gráfico
Diagramação

Equipe editorial

Luciana Lins Camello Galvão
Marília Carolina de Moraes Florindo
Jeane A. Pedrozo
Wladimir de Andrade Oliveira
Haroldo Brito

© 2020 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília

SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,
2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF
Telefone: (61) 3035-4200
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte
desta publicação poderá ser armazenada ou
reproduzida por qualquer meio sem a autorização
por escrito da Editora.

Esta obra foi publicada com recursos provenientes do
Edital DPI/DPG nº 3/2019.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

R322 Reflexões sobre meio ambiente e desenvolvimento rural / Sérgio
 Sauer, Andréa Leme da Silva, Laura Maria Goulart Duarte
 (organizadores). – Brasília : Editora Universidade de Brasília,
 2021.
 388 p. ; 23 cm. – (Pesquisa, inovação & ousadia).

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-5846-023-7

1. Meio ambiente. 2. Desenvolvimento rural. 3. Mulheres do
campo. 4. Educação do campo. I. Sauer, Sérgio (org.). II. Silva,
Andréa Leme da (org.). III. Duarte, Laura Maria Goulart (org.).
IV. Série.

CDU 502.3

Sumário

Apresentação 11

Parte 1

Desenvolvimento rural e sociobiodiversidade

Capítulo 1

Conflitos por terra e território provocados pelas eletroestratégias nas bacias dos rios Ivaí e Piquiri – PR 21

Ralph de Medeiros Albuquerque

Sérgio Sauer

1.1 Introdução 22

1.2 Empreendimento e geração de energia elétrica no Paraná 23

1.3 Eletroestratégias: a agroestratégia do setor elétrico 26

1.4 Conflitos e sujeitos nas bacias dos rios Ivaí e Piquiri 30

1.5 À guisa de conclusão 44

Referências 45

Capítulo 2

Fronteira agrícola e natureza: povos e comunidades tradicionais e áreas protegidas no Cerrado 53

Karla Rosane Aguiar Oliveira

Sérgio Sauer

2.1 Modernização conservadora da agricultura e expansão da fronteira agrícola: o papel das agroestratégias 56

2.2 As ameaças do avanço da fronteira agrícola sobre territórios tradicionais e áreas protegidas do Cerrado 60

2.3 Estratégias de enfrentamento de Povos e Comunidades Tradicionais frente aos novos desafios à conservação 67

2.4 Considerações finais 73

Referências 74

Capítulo 3

Produtos do agroextrativismo do Cerrado e mercados da sociobiodiversidade 79

Jessica Pereira Garcia
Janaína Deane de Abreu Sá Diniz
Stéphane Guéneau
Marcelo Souza Alves

- 3.1 Introdução **80**
- 3.2 A contribuição da Nova Sociologia Econômica ao entendimento da construção social dos mercados da sociobiodiversidade **84**
- 3.3 Tipologia dos mercados de produtos da sociobiodiversidade **88**
- 3.4 Considerações finais **100**
- Referências **102**

Parte 2

Políticas públicas e desenvolvimento rural sustentável

Capítulo 4

Integração e sinergia de políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: uma análise da política territorial e do Programa de Aquisição de Alimentos 111

Alberto Abadia dos Santos Neto
Mário Lúcio de Ávila

- 4.1 Introdução **112**
- 4.2 Ambiente das Políticas Públicas no Brasil **114**
- 4.3 Entraves para a sinergia e integração de Políticas Públicas com foco na agricultura familiar no Brasil **117**
- 4.4 Breves considerações sobre o Pronat, PTC e PAA **120**
- 4.5 Percepções sobre integrações e sinergias entre o PRONAT, PTC e PAA **124**
- 4.6 Considerações finais **131**
- Referências **133**

Capítulo 5

Núcleos de estudos em agroecologia voltados à pesca artesanal e à aquicultura familiar: uma estratégia do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (2013-2015) 137

Ericka Carneiro Leão de Oliveira

Mário Lúcio de Ávila

5.1 Introdução **138**

5.2 A política de agroecologia no Brasil na Pnapo **142**

5.3 A pesca artesanal e a aquicultura familiar e a inserção no Planapo **144**

5.4 Núcleos de estudos como instrumentos da Pnapo **145**

5.5 Resultados **149**

5.6 Considerações finais **156**

Referências **158**

Capítulo 6

Remineralização dos solos para ampliar a produção da palma forrageira na região semiárida 163

Fernanda de Paula Medeiros

Suzi Maria de Córdova Huff Theodoro

6.1 Introdução **164**

6.2 Caracterização da área de pesquisa e do remineralizador **167**

6.3 Metodologia **169**

6.4 Resultados e discussão **171**

6.5 Fertilidade do solo **176**

6.6 Análise do tecido vegetal **183**

6.7 Considerações finais **185**

Referências **187**

Parte 3

Políticas de gênero: protagonismo das mulheres no campo

Capítulo 7

Mulheres rurais: diálogos entre economia feminista e autonomia crítica 195

Analine Almeida Specht

Newton Gomes Narciso Junior

7.1 Introdução **196**

7.2 Mulheres rurais: uma leitura desde a economia feminista **197**

7.3 Autonomia crítica **207**

7.4 Considerações finais **214**

Referências **215**

Capítulo 8

O lugar da Reunião Especializada da Agricultura Familiar (Reaf) nas políticas para mulheres rurais no Paraguai e Uruguai: ideias e paradigmas de políticas de gênero 219

Caroline Buosi Molina

Moisés Villamil Balestro

8.1 Introdução **220**

8.2 Elementos para uma análise institucional das políticas públicas **222**

8.3 A agenda das políticas públicas para as mulheres rurais e o Mercosul **231**

8.4 Considerações finais **244**

Referências **246**

Capítulo 9

Contribuições do Pronaf Mulher e do PAA no cotidiano das mulheres rurais de Aracruz – ES 249

Marcia Zumak

Laura Maria Goulart Duarte

9.1 Introdução **250**

9.2 Metodologia **252**

9.3 Gênero como um campo de estudos **253**

9.4 O Pronaf Mulher e o PAA no cotidiano das mulheres rurais de Aracruz **261**

9.5 Considerações finais **269**

Referências **271**

Capítulo 10

A Marcha das Margaridas e as políticas públicas de agroecologia no Brasil 275

Sarah Luiza de Souza Moreira

Suzi Maria de Córdova Huff Theodoro

10.1 Introdução **276**

10.2 Metodologia **279**

10.3 Abordagem teórica **284**

10.4 Resultados e discussão **289**

10.5 Considerações finais **295**

Referências **298**

Parte 4

Juventude rural e educação do campo: um sopro de esperança para um futuro sustentável

Capítulo 11

Concepções não hegemônicas de desenvolvimento no contexto da educação de jovens e adultos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária 305

Joice Marielle da Costa Moreira

Sérgio Sauer

11.1 Introdução **306**

11.2 Histórico e construção do desenvolvimento hegemônico **307**

11.3 Concepções alternativas: as origens de um real desenvolvimento **310**

11.4 As concepções de desenvolvimento dos sujeitos do Projeto Tecicampo **318**

11.5 Contribuições do Pronera e do Tecicampo para o desenvolvimento **327**

11.6 Considerações finais **331**

Referências **332**

Capítulo 12

A educação do campo no Distrito Federal 335

Cleide Maria de Souza

Marcelo Ximenes Aguiar Bizerril

12.1 Introdução **336**

12.2 Concepções de educação rural e educação do campo **337**

12.3 Método **341**

12.4 As escolas no meio rural do Distrito Federal **342**

12.5 Considerações finais **358**

Referências **359**

Capítulo 13

A permanência das jovens no meio rural do Maranhão, do Piauí e de Alagoas 363

Luciana Porto

Mônica Celeida Rabelo Nogueira

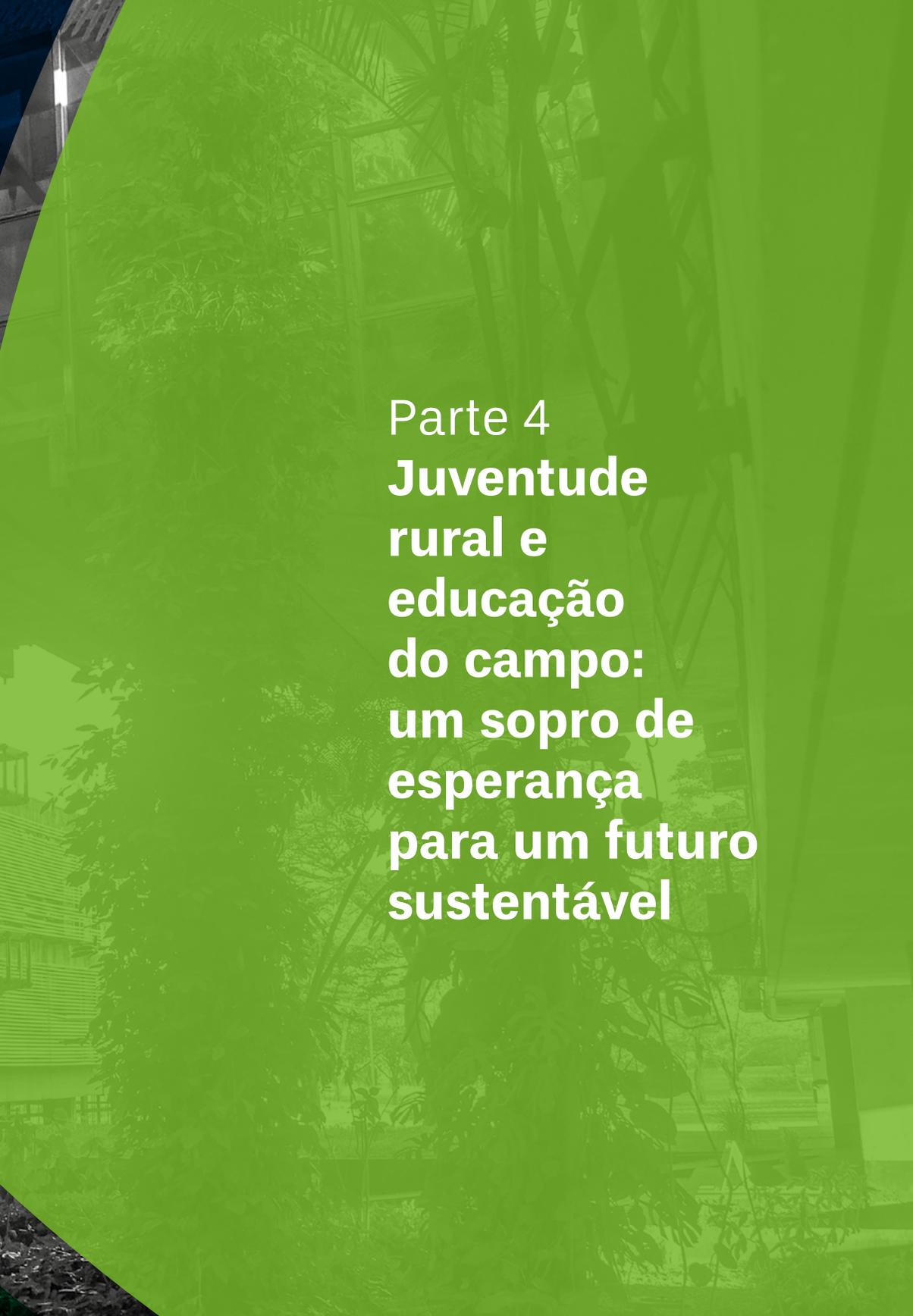
13.1 Introdução **364**

13.2 Metodologia adotada **367**

13.3 Análise dos dados e discussão **370**

13.4 Considerações finais **378**

Referências **380**



Parte 4
**Juventude
rural e
educação
do campo:
um sopro de
esperança
para um futuro
sustentável**



13

Capítulo 13

A permanência das jovens no meio rural do Maranhão, do Piauí e de Alagoas

Luciana Porto¹

Mônica Celeida Rabelo Nogueira²

¹ Licenciada em História e mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pela Universidade de Brasília (UnB) – Faculdade UnB Planaltina (FUP). Dissertação intitulada: *Juventude Feminina no Rural do Nordeste: uma análise sobre o processo de permanência a partir do Censo (1980-2010) e da Pnad (1992-2015)*.

² Antropóloga, doutora em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB). Linhas de Pesquisa: conflitos socioambientais, territórios tradicionais e sociobiodiversidade no Cerrado; educação para a interculturalidade e a sustentabilidade; políticas públicas, sociedade civil e projetos de base comunitária.

13.1 Introdução

A realidade revelada pelo Censo do IBGE é de uma população rural cada vez mais reduzida. A evasão das populações rurais para as cidades passou a substancializar a ideia de um campo sem condições de sustentar as suas próprias dinâmicas sociais e econômicas, corroborando para gerar explicações limitadas sobre as migrações internas no país. A percepção sobre o espaço rural passou a ser fortemente influenciada pelas discussões protagonizadas pelo atual modelo de desenvolvimento, baseado na modernização da agricultura e na aceleração do crescimento urbano e industrial, estabelecendo oposições como agricultura *versus* indústria e espaço rural *versus* cidade, sendo parte da estratégia para construir imagens hegemônicas sobre os espaços de vida e as formas de produção (MOREIRA, 2012).

Os processos migratórios passaram a ser vistos como mais recorrentes na região Nordeste, em particular na área rural, considerando que os mecanismos da modernização incidiram predominantemente sobre os setores mais capitalizados da agricultura, acentuando as desigualdades regionais já existentes. O cultivo de monoculturas em grandes extensões territoriais assumiu um padrão dominante desse modelo de desenvolvimento, acirrando as disputas pela terra. A redução das áreas produtivas, por estabelecimento familiar, passou a afetar as condições de vida de quem delas dependia, além de distinguir direitos de propriedade fundiária em relação ao gênero. As famílias, em virtude da forte concentração fundiária, encontravam-se em posição de desvantagem diante da onda tecnológica, que trouxe como consequência uma heterogeneização dos espaços, agravando a situação de marginalização, decadência e exclusão dos filhos e das filhas dos agricultores pobres (FAVARETO, 2010).

Desde então, o esvaziamento social e demográfico do campo tem sobressaído como um fenômeno inerente ao modelo de desenvolvimento em vigor, no qual a qualidade de vida passou a estar associada às oportunidades estabelecidas no espaço urbano em detrimento ao espaço rural, favorecendo a concentração da população em idade ativa

nos grandes aglomerados urbanos. Assim, o êxodo rural configurou-se como um fenômeno ligado à geração jovem, tendo em vista o impacto da modernização do campo sobre os seus projetos de vida, sendo que o caráter seletivo das migrações se tornou ainda mais nítido em relação à juventude feminina. A justificativa para essa seletividade se dá pelo enraizamento da cultura patriarcal de nossa sociedade que finca papéis sociais de gênero e modela uma divisão sexual do trabalho, levando a crescente masculinização do meio rural brasileiro (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999). Historicamente, são as mulheres jovens que mais abandonam o campo por falta de oportunidade ou pela recusa em assumir os mesmos papéis desempenhados por suas mães e avós na unidade de produção familiar (FERRARI *et al.*, 2004). Esses papéis referem-se a cuidar da casa, da prole, do marido, sem ter o reconhecimento social e financeiro do trabalho realizado.

Um cenário que se apresenta como fator desestruturante da reprodução social no campo, uma vez que o papel social das mulheres vai além da função produtiva, relacionando-se à biodiversidade agrícola, à garantia da diversidade cultural, à prestação de serviços ambientais e à construção de novas territorialidades (PACHECO, 2002). Portanto, a combinação da dimensão social, política e econômica constitui a centralidade da análise da juventude no desenvolvimento, notadamente, em relação às mulheres. Entender que a exclusão econômica das mulheres dentro de um processo de desigualdade regional e produtiva, firmada pelas instituições, tais como Estado e a família, mantém a subordinação feminina ao estabelecer laços entre si que formam uma barreira de entrada delas no desenvolvimento de forma igualitária e afetam a sua permanência no espaço de origem (BUTTO *et al.*, 2014).

É preciso entender que “a multiplicidade de interesses que envolvem os/as jovens do campo não caminha em uma única direção, ao contrário, ora se aproximam, ora se distanciam do “mundo rural”, apresentando diferentes formas de rupturas e continuidades” (CASTRO, 2006, p. 265). Nesse sentido, verifica-se que a relação da juventude com o campo é influenciada pela construção política da categoria agricultura familiar. A associação do grupo jovem à dinâmica de cultivo familiar favorece a

ressignificação da gestão e do trabalho desse modelo de agricultura, tornando-o inovador, eficiente, sustentável e com potencial de gerar desenvolvimento econômico, visto que tem sido reconhecido cada vez mais que é por meio desses(as) agricultores(as) que se dá o fornecimento dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros (BARCELLOS, 2014).

Em virtude do que foi mencionado, Castro (2009) enfatiza que as pesquisas continuam a remeter a vida dos jovens rurais à luz de duas questões: a reprodução da agricultura familiar e camponesa e os processos migratórios. Contudo, para Stropasolas (2002), a migração não é a causa expressa para que haja o envolvimento social com a agricultura familiar. Antes disso, existem os conflitos externos e internos que procedem, de maneira singular e desigual, nas interações do rural com a sociedade global, indicando a necessidade não só das mudanças econômicas, mas uma redefinição do próprio sistema cultural e social que reproduz a agricultura familiar. Contudo, apesar de os debates sobre os novos contornos que têm ganhado o espaço rural trazerem a crítica em relação à associação que envolve a atividade agrícola como dinâmica central desse espaço, em razão da necessidade em se ampliar o entendimento sobre a diversidade de aspectos que envolvem o meio rural e vão além da agricultura, no cenário de desenvolvimento econômico atual, torna-se importante manter a afirmação de que o espaço rural é o lugar de desenvolvimento do modelo de produção familiar. É nítida a importância dos homens e das mulheres na condução de práticas agrícolas que incluem o bem-estar humano, esquecido cada vez mais com a expansão do agronegócio nas áreas rurais.

As pesquisas que discutem a temática do rural no Brasil, grosso modo, dedicam maior atenção à saída da juventude do campo, tendo como pano de fundo o processo de urbanização e o impulso econômico promovido pela modernização em determinadas regiões, assim como às dinâmicas intrafamiliares influenciadas pela divisão sexual do trabalho nas unidades de produção. Essa abordagem, na medida em que valoriza a perspectiva de esvaziamento, repercute decisivamente nos investimentos e políticas públicas — especialmente políticas sociais — dispensadas ao rural (VALADARES *et al.*, 2016). Dessa

forma, a ideia de desruralização tem marcado a organização territorial, mas não revela as diferenças regionais (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999) e nem mesmo o tecido social existente no meio rural.

13.2 Metodologia adotada

Como fruto da pesquisa de dissertação, esse capítulo propõe-se a discutir as mudanças na permanência das jovens mulheres nos estados do Maranhão, do Piauí e de Alagoas, a partir da análise dos dados dos Censos Demográficos do IBGE no período de 2000 e 2010, com a aplicação do estudo de coorte, tendo em perspectiva (e como parâmetro) também os dados das pesquisas censitárias de 1980 a 2010. Estudos com visões convencionais apontam que o impacto em termos relativos de perda da população em idade ativa é significativo nesses estados³ (FUSCO *et al.*, 2011). Todavia, não se trata de uma perda localizada da região, pois até mesmo a situação do Nordeste que, no decorrer das décadas mostrou um processo heterogêneo, seguiu uma tendência de urbanização e concentração territorial da população, conforme a tipologia apresentada pelo IBGE. Essas delimitações e noções entre os espaços rural e urbano diferem de país para país, sendo fundamental considerá-las como construções sociais para a ocupação do território (WANDERLEY, 2000; GIRARDI, 2008).

A metodologia utilizada nessa pesquisa teve por objetivo captar o fenômeno reverso à migração e, dessa forma, colocar em discussão que a concepção do espaço rural ainda está baseada na legislação e em classificações que partem de critérios urbanos e invisibilizam grande parte da população que permanece em seu lugar de origem. Assim, foi empregado o estudo de coorte para a obtenção das taxas de permanência das jovens rurais nos estados nordestinos mencionados. O estudo de coorte consiste em selecionar uma amostra representativa de indivíduos com

³ A UF que registrou o maior saldo migratório negativo em 2000, segundo o Relatório da Fundação Nabuco, foi a Bahia, em que mais de 1,1 milhão de pessoas deixaram seu território. Contudo, conforme o próprio relatório, ao se avaliar o impacto de perda populacional, Maranhão, Piauí e Alagoas lideram a classificação.

a finalidade de se verificar como suas características evoluem ao longo de um dado período (IPTSP UFG, 2011). Conforme Mason e Wolfinger (2001), a análise de coorte busca resultados por meio da exploração de dimensões temporais importantes: a idade (tempo desde a entrada no evento) e o período (momentos em que um resultado é medido).

Foi adotado o estudo de coorte não concorrente. As análises partem do passado, porém conservam a base de uma pesquisa por coorte: exposição em direção ao evento (IPTSP UFG, 2011). Foi considerado o grupo da população jovem rural por ser um segmento apontado como o mais exposto ao fenômeno da migração, sendo que, a partir da escolha da região Nordeste, foi possível alcançar a comparabilidade entre homens e mulheres na mesma faixa etária em relação às taxas de permanência no Maranhão, no Piauí e em Alagoas. Apesar de possuírem áreas territoriais e densidades demográficas diferentes, esses estados são parecidos ao considerar as dificuldades econômicas e os indicadores sociais em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), os quais mantêm as piores posições no *ranking* entre os estados.⁴ Mesmo com essa realidade, para Fusco e Ojima (2015), as mudanças ocorridas no Nordeste parecem indicar uma melhoria nas condições de vida ou mesmo dificuldade de inserção dos migrantes em centros mais dinâmicos, provocando comportamentos que, na visão oficial do censo, não são satisfatoriamente captados.

É importante destacar que, para efeitos desta pesquisa, a juventude compreende a idade de 15 a 29 anos, conforme o Estatuto da Juventude.⁵ Os jovens são considerados indivíduos em preparação para a vida adulta e que, por isso, passam a ter um maior controle social sobre os seus comportamentos e projetos de vida. Existem dificuldades para se inserirem nos espaços de decisão, seja na família, nas comunidades ou mesmo nos espaços políticos (FORACCHI, 1972; ABRAMO, 1997; CASTRO,

⁴ Para mais informações, ver Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

⁵ Lei n.º 12.852, de 5 de agosto de 2013. Esse grupo, na faixa etária de 15 a 18 anos, é considerado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente como jovem-adolescente e para demais demandas sociais tem-se a classificação de 18 a 24 anos como jovem-jovem e de 25-29 anos como jovem-adulto.

2009). Dentro dessa percepção, cabe mensurar que o(a) jovem rural encara e passa por questões e por problemas semelhantes. No entanto, são distintas as formas como estas questões e estes impasses são apresentados; assim como são desenvolvidas psicológica e emocionalmente as posturas dos rapazes e das moças diante da diversidade de situações vivenciadas no rural, sendo importante ressaltar as questões de gênero (AGUIAR; STROPASOLAS, 2010).

O presente estudo de coorte utilizou as informações disponibilizadas pelos censos demográficos desde 1980, quando o censo passou a registrar a diminuição da população que estava no campo. Dessa forma, comparando as informações sobre o número de indivíduos que tinham entre 15 a 29 anos, com o número de indivíduos entre 26 a 40 anos no Censo de 1991; depois com o número de pessoas que tinham entre 35 a 49 anos no Censo de 2000 e, por último, com o número de pessoas que tinham entre 45 a 59 anos no Censo de 2010 (VALADARES *et al.*, 2016) obteve-se as taxas de permanência da juventude para os estados nordestinos. As idades mencionadas correspondem ao intervalo ocorrido entre cada censo, respectivamente, 1980-1991 (onze anos), 1991-2000 (nove anos) e 2000-2010 (dez anos).

Por exemplo, em 1980, a população rural brasileira entre 15 e 19 anos era de 4,235 milhões de pessoas (A). Em 1991, onze anos depois, a população rural de 26 a 30 anos era de 2,566 milhões de pessoas (B). Neste caso, a taxa de permanência da coorte entre 15 e 19 anos, em 1991, com censo de origem em 1980 (ou seja, a primeira linha da tabela), foi de 60,60% (B/A), o que significa que aproximadamente 60% das pessoas que moravam no campo em 1980 continuavam morando em 1991 (VALADARES *et al.*, 2016, p. 67).

Essa estratégia metodológica descarta dois efeitos que não eram desejáveis na pesquisa: o efeito do crescimento vegetativo (que é a diferença entre a taxa de natalidade e a taxa de mortalidade) e o efeito da pirâmide etária (que aponta a expectativa de vida da população). Ainda restou o efeito da migração (verificado na análise de coorte) e o efeito

do crescimento do perímetro urbano, sobre o qual não foi possível relacionar a sua ampliação sobre a dimensão da população rural observada. Assim, foram verificadas as diferenças entre as taxas de permanência por sexo, tendo como pressuposto que as jovens mulheres são as que menos continuam no lugar de origem.

13.3 Análise dos dados e discussão

A escolha por focalizar a juventude feminina em estados da região Nordeste rural decorreu das características que têm definido historicamente a forma de estruturação da agricultura nessa região, em que a grande maioria dos estabelecimentos se enquadra como sendo de agricultura familiar⁶ (EVANGELISTA, 2000), mas convive com a presença de forte concentração da produção e da renda pelas grandes propriedades, persistindo em caracterizar a história social e econômica do Nordeste tanto quanto o fenômeno das secas.

Ao desagregar as informações por estado, para verificar as taxas de permanência na região Nordeste, as mudanças em relação ao comportamento da juventude rural se revelaram nítidas ao longo do período analisado. Na sequência, são apresentadas as taxas de permanência da juventude rural residente no Maranhão, no Piauí e em Alagoas, com destaque para as jovens que não fazem parte do contingente de migrantes, com base nos dados dos Censos de 1980-1991, 1991-2000, 2000-2010. A diferença no crescimento ou na queda nas taxas de permanência deve ser interpretada em pontos percentuais em relação ao censo demográfico comparado.

⁶ Conforme a Lei n.º 11.326/2006, agricultor familiar é aquele que exerce atividades agropecuárias no campo e que cumpre os seguintes quesitos: I – não deter área maior do que quatro módulos fiscais; II – utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades do seu estabelecimento ou empreendimento; III – a renda familiar ser predominantemente originada de atividades vinculadas ao próprio estabelecimento; e IV – o estabelecimento ser dirigido pelo(a) agricultor(a) com sua família (art. 3).

Tabela 1: Taxa de permanência da juventude no campo por sexo – Maranhão (1980-2010)

Censos de origem		Taxa de permanência					
		Homem			Mulher		
Co-orte		1980-1991	1991-2000	2000-2010	1980-1991	1991-2000	2000-2010
		1980	15-19	65,99	56,68	91,76	69,83
20-24	72,09		57,53	92,40	71,80	59,31	89,40
25-29	78,64		55,59	91,47	76,50	58,19	92,07
1991	15-19		53,57	88,70		49,35	91,57
	20-24		56,32	94,94		53,19	94,66
	25-29		61,42	92,06		56,26	92,21
2000	15-19			70,32			75,31
	20-24			79,84			86,67
	25-29			91,43			92,46

Fonte: IBGE/Censo Demográfico (Universo) – elaboração própria.

Ao analisar a taxa de permanência no estado do Maranhão (tabela 1), observa-se que, no período de 1980 a 1991, as mulheres na faixa etária de 15 a 19 anos representavam 69,83% da juventude no meio rural maranhense, de modo que tiveram 3,84 p.p (pontos percentuais) a mais que os homens. Esse comportamento pôde ser observado no estado do Piauí (tabela 2), onde as mulheres permaneceram 55,13%, representando 2,62 p.p a mais que os homens na mesma faixa etária. Já no estado de Alagoas (tabela 5), a situação foi reversa, sendo que, na idade de 15 a 19 anos, os homens que tiveram um diferencial de 1,18 p.p a mais que as mulheres alagoanas, os quais representavam 63,09%.

Tabela 2: Taxa de permanência da juventude no campo por sexo – Piauí (1980-2010)

Censos de origem		Taxa de permanência					
		Homem			Mulher		
Co-orte		1980-1991	1991-2000	2000-2010	1980-1991	1991-2000	2000-2010
1980	15-19	52,51	77,12	99,05	55,13	74,35	98,62
	20-24	67,24	77,91	98,03	65,65	76,45	99,25
	25-29	74,90	80,44	98,51	74,11	77,22	100,06
1991	15-19		53,35	90,04		53,07	91,44
	20-24		66,60	100,12		65,32	97,65
	25-29		75,68	98,14		73,26	99,54
2000	15-19			64,14			67,38
	20-24			77,07			81,85
	25-29			92,11			93,64

Fonte: IBGE/Censo Demográfico (Universo) – elaboração própria.

Na idade de 20 a 24 anos, os jovens tiveram taxas de permanência superiores em relação à taxa feminina tanto dos estados do Maranhão como no Piauí. Os homens apresentaram uma taxa de 72,09% e 67,24%, isto é, 0,29 p.p e 1,59 p.p a mais que as mulheres maranhenses e piauienses nessa faixa etária. Essa tendência continuou entre os jovens de 25 a 29 anos, entre os quais os homens apresentaram taxas de permanência um pouco mais elevadas de 2,14 p.p (78,64%) e 0,79 p.p (74,90%) em relação às taxas das jovens. Contudo, em Alagoas é possível perceber que as taxas de permanência entre os jovens foram semelhantes (tabela 3), porém com o diferencial de 0,32 p.p a mais para as jovens de 20 a 24 anos (66,95%) e de 1,12 p.p a mais para as jovens de 25 a 29 anos (77,47%).

Tabela 3: Taxa de permanência da juventude no campo por sexo – Alagoas (1980-2010)

Censos de origem		Taxa de permanência					
		Homem			Mulher		
Co-orte		1980-1991	1991-2000	2000-2010	1980-1991	1991-2000	2000-2010
1980	15-19	63,09	67,41	82,23	61,91	68,63	78,85
	20-24	66,63	74,54	80,25	66,95	70,83	84,99
	25-29	76,35	72,92	79,03	77,47	70,17	84,74
1991	15-19		56,89	73,58		55,28	78,45
	20-24		60,58	86,02		59,08	84,47
	25-29		68,89	82,98		69,25	79,50
2000	15-19			57,33			60,03
	20-24			66,58			68,97
	25-29			76,31			80,55

Fonte: IBGE/Censo Demográfico (Universo) – elaboração própria.

No intervalo de 1991 a 2000, a queda na taxa de permanência foi verificada para ambos os sexos, porém os homens permaneceram mais que as mulheres nos três estados verificados, com exceção da faixa etária de 25 a 29 anos no estado de Alagoas, que manteve a taxa de permanência mais elevada que a dos homens, assim como no período anterior. As alagoanas apresentaram uma taxa de 69,25% em relação à 68,89% referente aos homens, que, em pontos percentuais, significou uma diferença de 0,36 p.p. No Maranhão, os homens permaneceram mais que as mulheres nesse período, com diferenciais de 4,22 p.p (15 a 19 anos), 3,13 p.p (20 a 24 anos) e 5,16 p.p (25 a 29 anos) e no Piauí com diferenciais de 0,28 p.p, 1,28 p.p e 2,42 p.p, respectivamente.

Os dois primeiros períodos contemplados neste capítulo (1980-1991 e 1991-2000) evidenciaram tendências apontadas pela literatura sobre a categoria jovem, que se referem à maior permanência masculina no campo, frequentemente justificadas pelos conflitos relacionados à terra,

pelas tensões de gênero nos padrões sucessórios de herança e a falta de oportunidades econômicas (ABRAMOVAY *et al.*, 1998; CARNEIRO, 2001; CASTRO, 2009; FERREIRA; ALVES, 2009). Dentro do trabalho familiar, o roçado como responsável pelo consumo familiar passou a ser uma atividade em oposição às atividades desempenhadas no espaço doméstico. Essa desqualificação trouxe uma conotação de inferioridade e segregação social, cultural e econômica, sugerindo que, de certa forma, as mulheres agricultoras não possuíam condições de realizar trabalho produtivo (TEDESCHI, 2009, p. 59).

Nesse sentido, dado o estreito espaço de possibilidades no meio rural, bem como a pouca probabilidade de alcançar a autonomia por meio da gerência das atividades produtivas, em razão da divisão sexual do trabalho, a alternativa que se disseminou como viável à jovem rural foi buscar maiores níveis de escolaridade (FERREIRA; ALVES, 2009). Assim, ao migrar, elas estariam deixando de realizar alguns dos papéis assumidos por elas em certas etapas da vida, afetando os arranjos familiares e socioculturais dos seus espaços de origem, inclusive a desaceleração no ritmo de crescimento populacional com a queda nas taxas de fecundidade. Por esse ângulo, podem ser observadas dinâmicas que vão além das estabelecidas pelo capital, mas que se desenvolvem pela mediação e pelo convívio socioespacial (BRUMES, 2011; CHAVES, 2012).

No período de 2000 a 2010, ocorreu um salto nas taxas de permanência feminina. As mulheres apresentaram taxas superiores às taxas masculinas nos três estados, em todas as coortes. No Maranhão, a diferença nos percentuais passou a ser de 4,99 p.p (15 a 19 anos), 6,83 p.p (20 a 24 anos) e 1,03 p.p (25 a 29 anos) a mais nas taxas de permanência feminina comparada à masculina. Na tabela 4, é possível verificar os diferenciais de perda e aumento na taxa de permanência entre os homens e entre as mulheres para esse estado. As quedas nas taxas de permanência, observadas no período de 1991 a 2000, foram recuperadas no intervalo de 2000 a 2010 gerando um saldo positivo em todas as coortes analisadas.

Tabela 4: Diferença entre as taxas de permanência da juventude no campo por coorte e censo de origem (Maranhão: 1980-2010)

Coorte	Diferença entre as taxas de permanência (em pontos percentuais)			
	Homens		Mulheres	
	$\frac{(Tx. Perm.^{1991-2000})}{-(Tx. Perm.^{1980-1991})}$	$\frac{(Tx. Perm.^{2000-2010})}{-(Tx. Perm.^{1991-2000})}$	$\frac{(Tx. Perm.^{1991-2000})}{-(Tx. Perm.^{1980-1991})}$	$\frac{(Tx. Perm.^{2000-2010})}{-(Tx. Perm.^{1991-2000})}$
15-19	-12,41	+16,75	-20,48	+25,96
20-24	-15,77	+23,52	-18,61	+33,48
25-29	-17,22	+30,01	-20,24	+36,20

Fonte: IBGE/Censo Demográfico (Universo) – elaboração própria.

Já no Piauí, a diferença foi de 3,24 p.p (15 a 19 anos), 4,78 p.p (20 a 24 anos) e 1,53 p.p (25 a 29 anos) a mais para as jovens piauienses em relação às taxas masculinas. Conforme a tabela 5, os diferenciais de perda observados no período de 1991 a 2000 foram menores que no Maranhão para ambos os sexos, sendo que, para os homens, os saldos foram positivos na faixa etária de 15 a 19 anos e 25 a 29 anos, enquanto as mulheres apresentaram apenas diferenciais de perda. De 2000 a 2010, houve o aumento significativo nas taxas de permanência tanto para os homens como para as mulheres, possibilitando que as mulheres tivessem maiores taxas de permanência em relação aos homens desse estado.

Tabela 5: Diferença entre as taxas de permanência da juventude no campo por coorte e censo de origem (Piauí: 1980-2010)

Coorte	Diferença entre as taxas de permanência (em pontos percentuais)			
	Homens		Mulheres	
	$\frac{(Tx. Perm.^{1991-2000})}{-(Tx. Perm.^{1980-1991})}$	$\frac{(Tx. Perm.^{2000-2010})}{-(Tx. Perm.^{1991-2000})}$	$\frac{(Tx. Perm.^{1991-2000})}{-(Tx. Perm.^{1980-1991})}$	$\frac{(Tx. Perm.^{2000-2010})}{-(Tx. Perm.^{1991-2000})}$
15-19	+0,84	+10,79	-2,06	+14,31
25-29	+0,78	+16,43	-0,85	+ 20,38

**Diferença entre as taxas de permanência
(em pontos percentuais)**

Coorte	Homens		Mulheres	
	$\frac{(Tx. Perm.^{1991-2000})}{- (Tx. Perm.^{1980-1991})}$	$\frac{(Tx. Perm.^{2000-2010})}{- (Tx. Perm.^{1991-2000})}$	$\frac{(Tx. Perm.^{1991-2000})}{- (Tx. Perm.^{1980-1991})}$	$\frac{(Tx. Perm.^{2000-2010})}{- (Tx. Perm.^{1991-2000})}$
20-24	-0,64	+10,47	-0,33	+16,53
25-29	+0,78	+16,43	-0,85	+ 20,38

Fonte: IBGE/Censo Demográfico (Universo) – elaboração própria.

Assim como no Maranhão e no Piauí, as mulheres em Alagoas apresentaram taxas de permanência mais elevadas em relação aos homens alagoanos. Os diferenciais entre as taxas de permanência foram de 2,7 p.p (15 a 19 anos), 2,39 p.p (20 a 24 anos) e 4,24 p.p (25 a 29 anos). Na tabela 6, verificamos que os diferenciais de perda no período de 1991 a 2000 foram semelhantes em ambos os sexos, mas foram as mulheres que tiveram uma maior perda nas taxas de permanência. Essa situação modificou-se no período de 2000 a 2010, quando as mulheres apresentaram maiores taxas que os homens, devido ao maior ganho nos pontos percentuais.

Por um lado, assim como considera Fusco e Ojima (2015), as transformações espaciais das atividades econômicas foram acompanhadas por mudanças no padrão demográfico brasileiro, afetando diretamente o comportamento dos fluxos migratórios na região Nordeste, sendo necessário observar características que levam à seletividade do fenômeno de sair e de permanecer em determinados contextos. Notadamente, para os autores, o Nordeste tem perdido um menor número de habitantes, bem como presenciado o retorno de parcela significativa dos seus migrantes anteriores, e mesmo recebendo população de outras localidades do país. Por outro, Wanderley (2001) realça a frágil e precária experiência urbana nos estados nordestinos. Para ela, a própria dimensão de algumas cidades impõe limitações ao contexto urbano, tendo em vista a presença marcante do mundo rural em contraste à estrutura predominante.

Tabela 6: Diferença entre as taxas de permanência da juventude no campo por coorte e censo de origem (Alagoas: 1980-2010)

Coorte	Diferença entre as taxas de permanência (em pontos percentuais)			
	Homens		Mulheres	
	$(Tx. Perm.^{1991-2000}) - (Tx. Perm.^{1980-1991})$	$(Tx. Perm.^{2000-2010}) - (Tx. Perm.^{1991-2000})$	$(Tx. Perm.^{1991-2000}) - (Tx. Perm.^{1980-1991})$	$(Tx. Perm.^{2000-2010}) - (Tx. Perm.^{1991-2000})$
15-19	-6,20	+0,44	-6,63	+4,75
20-24	-6,05	+6,00	-7,87	+9,89
25-29	-7,46	+7,42	-8,22	+11,30

Fonte: IBGE/Censo Demográfico (Universo) – elaboração própria.

Mesmo que não seja possível permanecer continuamente no rural, em algumas regiões, muitas migrações que se configuram como temporárias têm significado um forte elemento na definição e estruturação da base familiar que vive no campo. Segundo Silva e Menezes (2010), a migração temporária masculina favorece as redefinições dos espaços representados pela esfera pública e a esfera privada, que mesmo supondo mais trabalho diário para as mulheres, permite que elas assumam a posição de gerenciamento da unidade produtiva familiar, de modo que possam vislumbrar mudanças nas relações sociais de trabalho, que afetam a autonomia feminina no campo. Além disso, estas situações ajudam a desmitificar que o trabalho desenvolvido na agricultura pertence somente ao mundo masculino, considerando que a presença das mulheres na produção garante a sua continuidade, uma vez que a migração sazonal masculina tem se tornado possível devido à permanência delas na execução dos trabalhos realizados no espaço de moradia.

Outro fator apontado por Silva (2013) — como favorável à permanência — tem sido a resignificação da vida no campo. A permanência passa também pelo contexto de cada família e as distintas condições criadas para que haja uma negociação no espaço de vivência. É possível pensar em uma maior autonomia dos jovens, sem necessariamente ter de sair do campo ou se submeter a uma forte hierarquia familiar. Por pertencerem a uma geração com novas oportunidades, os jovens estão introduzindo no seio familiar fatores simbólicos, sociais, culturais e

econômicos que dão um novo equilíbrio entre a autonomia individual e a participação familiar, que implicam não só nas relações de geração, mas também nas relações de gênero e permanência.

As mudanças importantes em relação ao número de filhos que disputam a terra, alterando a visão que os jovens têm sobre as atividades agrícolas, as relações sociais e nas condições estruturais expostas para ambos os sexos (BRUMER, 2007), a determinação do espaço de trabalho juntamente à vida familiar e as suas relações com o restante da sociedade, assim como a definição do modo moderno de dividir o lar, a família, a vida privada e a vida pública são experiências históricas construídas que criam além dos bens materiais, bens simbólicos que são transmitidos de uma geração para a outra. O uso da propriedade familiar significa não somente um elemento de produção e de trabalho, mas a transmissão de valores, costumes e formas de organização familiar (ALVES, 2013).

13.4 Considerações finais

Ao realizar uma leitura das taxas de permanência da juventude rural nos estados do Maranhão, do Piauí e de Alagoas, foi possível perceber que o primeiro período contemplado nesta pesquisa (1980-1991) apresentou uma maior permanência masculina no Maranhão e no Piauí, com exceção da faixa etária de 15 a 19 anos. Não obstante, essa foi a única faixa etária que a permanência feminina foi menor que a dos homens no estado de Alagoas. Enquanto Maranhão e Piauí apresentaram situações semelhantes, o que teria acontecido no estado de Alagoas para que as mulheres mais jovens tomassem a decisão de sair do meio rural? E quais as dificuldades enfrentadas por essas mulheres que não possibilitaram que um maior número de jovens pudesse permanecer no meio rural desses estados?

O intervalo de 1991 a 2000 evidenciou tendências apontadas pela literatura sobre a categoria jovem: houve uma maior permanência masculina nos três estados analisados, sendo que, apenas na idade de 25 a 29 anos, no estado de Alagoas, as mulheres mantiveram taxas mais

elevadas em relação aos homens. Essa preponderância masculina no meio rural desses estados permite refletir sobre as questões elaboradas e sobre a importância de continuar a investigação sobre os variados cenários que podem estar dispostos em uma mesma região e como, ao longo das últimas décadas, foram conduzidos os anseios da categoria jovem para que pudessem vislumbrar um futuro no meio em que vivem.

No último período analisado (2000 a 2010), houve o aumento na permanência das jovens nos três estados verificados. Essa mudança positiva aponta para uma mesma tendência social, apesar das peculiaridades socioeconômicas existentes em cada estado da região Nordeste. Isso reforça que os fenômenos desencadeados pelas mudanças no modelo de desenvolvimento econômico não devem ser considerados como acontecimentos estanques, mas que ocorrem como resposta à ausência de qualidade de vida criada pelo acesso à oferta pública de infraestrutura básica e pelo acesso aos meios de produção.

Mesmo que não se possa mensurar a maior permanência das jovens mulheres com a criação e a atuação de políticas públicas direcionadas direta e indiretamente para a população rural nas últimas décadas, essas políticas podem ter contribuído para refrear, em alguma medida, a saída de jovens mulheres do campo. As ações que viabilizam um desenvolvimento no espaço rural tendem a ser afetadas pela visão de esvaziamento populacional. Isso justifica a necessidade de explorar a ligação do fenômeno da permanência da juventude rural com a presença de políticas públicas destinadas a esse espaço e como tal fenômeno, observado na apreciação dos dados, pode ser afetado caso essas políticas específicas venham a retroceder no curto e médio prazo, ou mesmo serem extintas.

Diferentemente dos desequilíbrios de permanência no meio rural entre os homens e as mulheres, apontados por estudos em algumas regiões do país, não se pode falar em masculinização rural nesses estados nordestinos na década analisada. A incorporação de novos valores culturais às relações sociais no campo e as mudanças socioeconômicas devem ser consideradas no cotidiano dos(as) jovens, permitindo influenciar novos comportamentos individuais e coletivos que podem ter-se refletido na descontinuidade de fluxos migratórios intensos na região

Nordeste. A seletividade espacial na economia do Nordeste, evidenciada por frentes de expansão específicas, expressa a lógica a região experimenta, ao mesmo tempo, pressões econômicas com intensidades diferenciadas que se expressam nas taxas de permanência da população local.

Para tanto, as constatações sobre a permanência das jovens no espaço rural nordestino, trouxeram para o debate a complexidade que rodeia a definição de rural como lugar de pertencimento. Os parâmetros oficiais avançam cada dia mais para transformar um maior número de municípios em espaços urbanos, o que tem sido criticamente discutido no campo acadêmico a partir de novas interpretações sobre a concepção de espaço rural. As divergências conceituais mostram que o espaço rural é um território em constante disputa por representar a base de consolidação do modelo de desenvolvimento econômico atual e por ser, ao mesmo tempo, espaço de reprodução social e atuação para um modelo de desenvolvimento rural sustentável.

No decorrer dos anos, muitos foram os estudos que apontavam os problemas gerados com a saída de rapazes e moças do espaço rural, marcando a urgência em mudar o curso desse fenômeno. Este capítulo apontou que a permanência feminina no campo no Maranhão, no Piauí e em Alagoas se sobrepôs à decisão de migrar, justamente nesses estados que fazem parte da região que historicamente é marcada pelo estigma da pobreza e do baixo desenvolvimento social. Como o Nordeste é uma região heterogênea, escolheu-se estados com dimensões territoriais e populações rurais diferentes, mas que retrataram um mesmo fenômeno. Apesar de não saber por quais transformações cada estado passou e como isso teria afetado positivamente a sua população jovem, verificou-se que a permanência das gerações jovens no rural nordestino pode ser entendida como uma escolha de seus projetos de vida.

Referências

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5-6, p. 25-36, 1997.

ABRAMOVAY, Ricardo *et al.* *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: Edições UNESCO, 1998.

AGUIAR, Vilênia V. P.; STROPASOLAS, Valmir L. A problemática de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: SCOTT, Parry *et al.* *Gênero e geração em contextos rurais*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010, p. 157-182.

ALVES, Ana Elizabeth S. Divisão Sexual do Trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 11, n. 2, mai./ago., Rio de Janeiro, p. 271-289, 2013.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/download/publication/>. Acesso em: 2 ago. 2019.

BARCELLOS, Sérgio B. *A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil: atores e fluxos políticos nesse processo social*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

BRASIL. Lei n.º 12.852, de 05 de agosto de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 30 maio 2019.

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J. *et al.* (org.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 35-52.

BRUMES, Karla Rosário; SILVA, Maria da. A migração sob diversos contextos. *Boletim de Geografia*, Maringá, v. 29, n. 1, p. 123-133, 2011.

BUTTO, Andrea *et al.* Autonomia econômica das mulheres rurais nos Territórios da Cidadania. In: BUTTO *et al.* (org.). *Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014, p. 100-113.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e *masculinização no Brasil*: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. 28 p. (Texto para discussão n. 621).

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. *Estudos Feministas*, v. 23, p. 22-55, 2001.

CASTRO, Elisa Guaraná *et al.* *Os jovens estão indo embora?* Juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, EDUR, UFRRJ, 2009.

CASTRO, Elisa Guaraná. As jovens rurais e a reprodução social das hierarquias. *In*: WOORTMANN, E.F *et al.* (org.). *Margarida Alves: Coletânea sobre estudos rurais e gênero*. Brasília: MDA, IICA, 2006, p. 245-275.

CHAVES, Maria de Fátima Guedes. Mulheres que migram solteiras: aspectos da migração interna feminina no Brasil, 1981-1991. *In*: TEXEIRA *et al.* (org.). *Migrações: implicações passadas, presentes e futuras*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p. 147-166.

EVANGELISTA, Francisco Raimundo. *A agricultura familiar no Brasil e no Nordeste*. Banco do Nordeste: Etene, 2000, p. 1-12.

FAVARETO, Arilson. A abordagem territorial do desenvolvimento rural: mudança institucional ou inovação por adição? *Estudos Avançados*, v. 24, n. 68, p. 299-319, 2010.

FORACCHI, Marialice Mencarini. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972.

FERRARI, Dilvan Luiz *et al.* Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir? *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 2, 2004.

FERREIRA, Brancolina; ALVES, Fábio. Juventude rural: alguns impasses e sua importância para a agricultura familiar. *In*: CASTRO, J. A. *et al.* (org.). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: IPEA, 2009, p. 243-258.

FUSCO, Wilson *et al.* *Dinâmica Migratória do Nordeste*. Relatório de Pesquisa: Fundação Joaquim Nabuco, 2011.

GIRARDI, Eduardo Paulon. *O rural e o urbano: é possível uma tipologia?* Presidente Prudente: Unesp Editora, 2008.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, set./dez, p. 595-609, 2007.

INSTITUTO DE PATOLOGIA TROPICAL E SAÚDE PÚBLICA (IPTSP, UFG). *Estudos de Coorte*. 2011. Disponível em: <https://posstrictosensu.iptsp.ufg.br/up/59/o/Modulo4-Estudosdecoorte.pdf>. Acesso em: 30 maio 2019.

LIMA, S.M.V. *Juventude Rural e as Políticas e Programas de Acesso à Terra no Brasil: recomendações para políticas de desenvolvimento para o jovem rural*. Brasília: MDA, 2013.

MASON, W. M; WOLFINGER, N. H. Cohort Analysis. *International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences*. Amsterdam: Elsevier Science, 2001.

MENEZES, M.A. Migrações e mobilidades: repensando teorias, tipologias e conceitos. In: TEXEIRA *et al.* (org.). *Migrações: implicações passadas, presentes e futuras*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p. 21-40.

MOREIRA, Roberto José. Pensando o rural da modernidade e dos nossos tempos. *Revista Estudos, Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, v. 20, n. 1, p. 248-271, 2012.

OJIMA, Ricardo; FUSCO, Wilson. In: OJIMA, R *et al.* (org.). *Migrações Nordestinas no Século 21: um panorama recente*. Blucher, 2015.

OLIVEIRA, Antonio T. R. de. In: OLIVEIRA, Luiz A. P. de e OLIVEIRA, Antonio T. R. (org.). *Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil*. Rio de Janeiro, 2011.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Em defesa da agricultura familiar sustentável com igualdade de gênero. In: *Perspectivas de Gênero: debates e questões para as ONGs*. Recife: Gênero e Cidadania, 2002, p. 1-30.

SILVA, Elisabete Joaquina. *As filhas de Pascoal: nova ruralidade e condições de permanência no campo entre jovens agricultoras no interior de Pernambuco*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – UFPB/CCHLA, João Pessoa, 2013.

SILVA, Marcelo Saturnino da; MENEZES, Marilda Aparecida de. Homens que migram, mulheres que ficam: o cotidiano das Esposas, Mães e Namoradas dos Migrantes Sazonais do Município de Tavares – PB. In: SCOTT, Parry *et al.* *Gênero e geração em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010, p.279-310.

STROPASOLAS; Valmir. Luiz. O mundo rural no horizonte dos jovens: *o caso dos filhos(as) de agricultores familiares de Ouro/SC*. Repositório UFSC, 2002.

TEDESCHI, Losandro Antonio. Relações de Gênero e a História das Mulheres Camponesas. *La Salle - Revista de Educação, Ciência e Cultura*, v. 14, n. 2, jul./dez., p. 45-62, 2009.

VALADARES, Alexandre Arbex *et al.* Os significados da permanência no campo: vozes da juventude rural organizada. In: SILVA, E. R. A.; BOTELHO, R. U. *Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas*. Brasília, DF: IPEA, 2016, p. 59-96.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 15, p. 87-146, out. 2000.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma (org.). *Una nueva ruralidad en America Latina?* Buenos Aires, CLACSO, p. 31-44, 2001.

Este livro foi composto em UnB Pro e Liberation Serif.

Reflexões sobre meio ambiente e desenvolvimento rural

Este livro é fruto de pesquisas realizadas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader) da Faculdade UnB Planaltina (FUP). Os 13 capítulos analisam o desenvolvimento rural brasileiro e seus impactos sobre o meio ambiente, estudando temas como financeirização, privatização e mercantilização da terra e natureza, especialmente conflitos territoriais envolvendo povos e comunidades tradicionais. Na contramão de processos de apropriação e expropriação, abordam a sociobiodiversidade do Cerrado, reconhecendo e valorizando produtos agroextrativistas e experiências de conservação. Analisam políticas públicas, discutindo conceitos e práticas com base na agroecologia e contribuições interdisciplinares e territoriais na integração e sinergia de políticas de desenvolvimento rural sustentável. As pesquisas tratam também da relação entre políticas de gênero e protagonismo das mulheres (suas reivindicações e lutas por autonomia, visibilidade e direitos), lançando olhares críticos sobre o sistema capitalista e patriarcal no campo. Esses olhares incluem, também, estudos sobre a juventude rural e a educação do campo como elementos fundamentais na construção do futuro e superação dos graves problemas ambientais e das desigualdades sociais e de gênero que assolam o campo brasileiro. As reflexões deste livro, para além de utopias, explicitam trabalhos engajados que, no cenário atual de rupturas, descontinuidades de políticas redistributivas e retrocessos sociopolíticos do país, vislumbram um campo menos desigual e mais sustentável.

Foto ao fundo:

Jardins da Reitoria/UnB.
Por Luis Gustavo Prado.



EDITORA

UnB

ISBN 978-65-5846-023-7



9 786558 460237